

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



IMPACTOS DO AJUSTE FINANCEIRO NOS INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO GOVERNO TEMER

Eloá Almeida da Costa¹
Gleiziele N. Coutinho B. de Araújo²
Cláudia M. Costa Gomes³

RESUMO

Esse trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA/CNPq) em andamento e faz interface com o projeto de pesquisa de produtividade intitulado: Crise e dependência fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016. O objetivo é verificar os impactos das medidas de ajuste econômico para os indicadores de pobreza e desigualdade social, tomando como referência o documento: “Uma Ponte para o Futuro” (PMDB/2015). Os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa estão respaldados na crítica da economia política, com utilização de pesquisa bibliográfica e documental. Na investigação, inferimos que o período entre os anos 2016-2018, que compete ao governo Temer, é marcado por um ajuste financeiro de longo prazo, viabilizado por um ajuste fiscal permanente na transferência dos gastos correntes para os gastos financeiros, corroborando com o agravamento da pobreza e da desigualdade social brasileira, refletida nos seus respectivos indicadores sociais.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade Social; Ajuste econômico.

ABSTRACT

This work presents partial results of an ongoing Scientific Initiation research (PIBIC/UFPA/CNPq) and interfaces with the productivity research project entitled: Crisis and dependency, remaining factors in Brazilian economic policies from 2016 onwards. the impacts of economic adjustment measures on poverty and social inequality indicators, taking the document: “A Bridge to the Future” (PMDB/2015) as a reference. The theoretical-methodological foundations of the research are supported by the critique of political economy, with the use of bibliographical and documental research. In the investigation, we infer that the period between the years 2016-2018, which belongs to the Temer government, is marked by a long-term financial adjustment, made possible by a permanent fiscal adjustment in the transfer of current expenses to financial expenses,

¹ Universidade Federal da Paraíba; Graduanda em Serviço Social; Bolsista CNPq de Iniciação Científica 2022-2023. eloaalmeida2608@gmail.com.

² Universidade Federal da Paraíba; Graduanda em Serviço Social; Bolsista CNPq de Iniciação Científica 2022-2023. gleiziellecj@gmail.com.

³ Universidade Federal da Paraíba; Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba; Bolsista Produtividade CNPq – Nível 2. claudia.gomes@academico.ufpb.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

corroborating with the worsening of Brazilian poverty and social inequality, reflected in their respective social indicators.

Keywords: Poverty; Social Inequality; Economic Adjustment.

1 INTRODUÇÃO

A discussão realizada nesse artigo, faz referência aos resultados parciais de pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq) em andamento e faz interface com o projeto de pesquisa de produtividade intitulado: *Crise e dependência fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016*.

Os estudos desenvolvidos na referida pesquisa têm como objetivo analisar a conjuntura brasileira, a partir do ajuste econômico implantado com o programa: “Travessia Social – Uma Ponte para o Futuro” (2015), perfazendo análise a partir de pesquisa bibliográfica e documental sobre dados empíricos, a fim de buscar elementos que possibilitem visualizar estatisticamente, os impactos nos indicadores de pobreza e desigualdade social, como efeito das medidas de ajuste adotadas pelo governo brasileiro, tomando como referência os anos 2015- 2018.

Procuramos fazer uma análise do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e as medidas de política econômica para responder a crise mundial a partir de 2016. Para isso, estudamos os principais elementos que compõe o capitalismo dependente e o Estado brasileiro em seu processo de ajuste permanente, com vistas a conhecer a implantação do programa de ajuste de Temer o qual reduziu drasticamente os investimentos nas políticas de saúde, educação e assistência social, provocando um impacto substantivo na pobreza e na desigualdade.

No estudo, trabalhamos com os indicadores de desemprego, pobreza e desigualdade social. A análise destes indicadores frente a contradição estrutural do modo de produção do capital, que gera riqueza e pobreza nas mesmas proporções e os aspectos que dizem respeito à luta de classes e às condições de vida social da classe trabalhadora, nos permitiram analisar a partir do crivo da crítica da economia

PROMOÇÃO



APOIO



política, a desigualdade social brasileira, que se agudiza diante da imposição de um ajuste fiscal permanente a partir de 2016.

Pudemos verificar, ainda, que o ajuste financeiro feito a partir da agenda Temer, foi realizada no sentido de contornar a crise brasileira e representou a diminuição dos direitos dos trabalhadores, a redução do acesso a serviços públicos e a subtração do financiamento de direitos sociais que não chegaram a custar sequer 1% do total do PIB no Brasil, no período analisado.

Em 15 de dezembro de 2016, entrou em vigor a Emenda Constitucional Nº 95/2016⁴, que instituiu o Novo Regime Fiscal, conhecido como “Teto de Gastos”, que congelou por 20 (vinte) anos o acréscimo nos investimentos sobre as políticas de educação, saúde e assistência social, afetam diretamente os usuários mais dependentes dos serviços ofertados pelo Estado. A justificativa utilizada pelo governo foi a necessidade de conter a evolução da dívida pública sobre o PIB, que cresceu sobremaneira com os anos de retração econômica, de modo a manter uma saúde fiscal do Estado, que sinalizasse positivamente a investidores de capital (ARAÚJO; COSTA, 2023).

Nesse sentido, inferimos que as medidas de ajuste econômico, como a EC 95, as reformas trabalhista e da previdência, são algumas das expressões da barbárie do capital em tempos de crise. Todos esses processos, são, na verdade um só, que vão se desenvolver em tempos e ritmos diferentes, todavia compondo um mesmo e amplo movimento de acumulação do capital, em detrimento dos direitos mínimos da classe trabalhadora. Seus efeitos são expressos nos indicadores sociais e demonstram o retrocesso nas garantias constitucionais de direito, a precarização e focalização dos serviços públicos, redução do escopo estatal e avanço do capitalismo financeiro em suas formas de extração de mais-valia da classe trabalhadora, tendo impacto redistributivo de renda e redução da participação do PIB nos gastos sociais.

⁴ Emenda Constitucional 95/2016, que institui o “Novo Regime Fiscal”. Informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 de mai. 2023.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



À vista disso, trabalhamos com suposição de que há no Brasil, um ajuste permanente, que se coloca como contra tendência à queda da taxa de lucro, sob a lógica do capital financeiro, no qual impacta sobremaneira a realidade brasileira a partir de 2016, com ataques severos às condições de trabalho e emprego, aumento das privatizações, do número de pessoas em situação de pobreza absoluta e relativa.

2 INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Os indicadores de pobreza e desigualdade social, foram nossas referencias e demonstram de maneira incisiva o tamanho da regressão social no país em termos de direitos e políticas sociais.

Para o estudo desses indicadores, observamos que a pesquisa documental pode organizar informações, encontradas de maneira dispersa, conferindo-lhe nova relevância enquanto fonte de consulta. Assim, por meio de abordagem quali-quantitativa, orientada pela análise crítica em torno do objeto de estudo, buscamos conferir nova relevância as informações divulgadas por meio de relatórios institucionais de organismos de pesquisa, as quais buscam sistematizar um conjunto de dados e informações acerca da realidade. Portanto, optamos pela coleta de dados específica de indicadores sociais, compreendendo-os como recurso metodológico de grande relevância.

Indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados (JANNUZZI, 2002, p. 55).

No entanto, dispor de um conjunto de dados não é suficiente para compreender o conjunto de contradições sociais. É preciso que sejam usados a partir de uma teoria que articule as determinações causais entre as dimensões sociais indicadas. Desse modo, os indicadores sociais e demais dados estatísticos são um instrumento de descrição, que precisam ser explorados e analisados mediante a adoção de concepção teórica e metodológica, de uma leitura de mundo, considerando que no campo das ciências sociais, nem a teoria sem base empírica se justifica, nem o registro empírico dos dados por si só, tem validade científica.

Dessa forma, tencionando a análise a partir da crítica da economia política, nos interessa abordar os indicadores e os fenômenos socioeconômicos para além de sua forma aparente; trata-se de almejar extrair da realidade as mediações e contradições do fenômeno investigado, combinada à análise crítica das categorias econômicas, a qual constitui o método cientificamente exato nos termos de Marx (1976).

Com base nesse método, compreendemos que sendo uma característica intrínseca ao modo de produção capitalista, gerar riqueza e pobreza nas mesmas proporções, é impensável e incorreto metodologicamente, analisar pobreza e riqueza separadamente, uma vez que ambas formam uma unidade de contrários, que se expressam e derivam da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Por isso em nossa análise, consideramos como central a captura de indicadores sociais de pobreza e desigualdade, que respondam nossos objetivos de pesquisa e delineiem as investigações em torno do objeto de estudo. Estes indicadores se constituem como resultado da acumulação privada de capital, mediante exploração de cunho classista, que restringe o desenvolvimento das forças produtivas a serviço da exploração e lucro capitalista, em detrimento das condições de pauperismo, sobretudo na condição de crise do capitalismo brasileiro, em que se insere a imposição dos ajustes financeiros nos anos 2016-2018.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Conforme aponta Siqueira (2016), portanto, a pobreza não deve ser lida como produto de uma insuficiência de desenvolvimento, mas como produto necessário ao capital. Para além, a partir de Marx em O capital:

Quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação. E quanto maior essa massa (de Lázarus da classe trabalhadora) tanto maior o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (Marx, 1980, I, p. 747).

Desse modo, a pobreza e a desigualdade social não devem ser atribuídas a causas individuais. Sua compreensão deve partir dos aspectos estruturais do sistema capitalista e está vinculada à lei geral da acumulação capitalista, pois sua mensuração é feita sempre a partir da renda da classe trabalhadora, que é resultante do seu salário (formal ou informal), referente a participação do trabalhador na riqueza socialmente produzida.

Ao tratarmos de pauperismo em Marx, a pauperização da classe trabalhadora pode ser absoluta ou relativa. Considerando a pobreza absoluta como a redução nas condições materiais de sobrevivência do trabalhador, medida por meio da renda e avaliando a capacidade destes sujeitos de acessar as condições básicas de consumo, para satisfação das suas necessidades imediatas, é um conceito que equivale ao de pobreza extrema; enquanto que pobreza relativa, também medida por meio da renda do trabalho ou renda per capita, refere-se a um padrão de consumo um pouco maior ao da pobreza absoluta, incorrendo em algumas melhorias nas condições gerais de vida do trabalhador, todavia, sem usufruir de um padrão de vida médio, nem tampouco igualitário aos padrões de vida dos proprietários dos meios de produção.

A desigualdade social, por sua vez, é melhor compreendida quando atrelada a concepção crítica de pobreza e à análise destes indicadores. Outrossim, no caso de uma realidade periférica e de dependência, diante dos nossos objetivos de pesquisa, esta análise também se dá compreendendo os lócus de regressão que o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ajuste estrutural financeiro, a partir de um ajuste fiscal permanente, demonstram à precarização das condições de vida da classe trabalhadora e seu acesso à riqueza socialmente produzida, bem como dos impactos no acesso aos serviços públicos e sobre as condições e direitos do trabalho.

2.1 Impactos nos indicadores de pobreza e desigualdade social no Brasil a partir de 2016

Partimos do pressuposto que o pacote econômico intrínseco nas medidas da agenda de desenvolvimento do governo Temer, com vistas à maior abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de políticas sociais, compôs o tipo de política econômica adequada para assegurar a inserção periférica do Brasil no mercado mundial (GOMES, 2022).

O programa “Travessia Social – Uma ponte para o futuro”, deixa explícito que o ajuste estrutural de caráter ortodoxo foi para retirar os escassos recursos dos trabalhadores e transferi-los a quem sempre lucrou e concentrou a riqueza neste país e é facilmente ilustrado nos cortes realizados nos dois anos do mandato do Temer, sobre o orçamento de políticas sociais.

Com a incorporação da Emenda Constitucional Nº 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal, conhecido como “Teto de Gastos”, o orçamento federal é congelado conforme o ano de 2016, mantidas as correções com base na inflação para o período de 12 (doze) meses, com referência ao mês de junho do ano anterior. Possuindo duração de vinte anos e possibilidade de revisão após dez anos por Lei Complementar, seus efeitos se dão na redução do gasto público – em especial gastos sociais em saúde, educação e assistência social – com proporção do PIB, ao passo que não trata da redução sobre as transferências constitucionais e isenções fiscais, das despesas financeiras e créditos extraordinários. O fortuito golpe utilizado, se dava sob a justificativa de conter a evolução da dívida sobre o PIB, que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



creceu sobremaneira com os anos de retração econômica, de modo a manter uma saúde fiscal do Estado, que sinalizasse positivamente a investidores de capital.

De tal forma, compreendendo a realidade social de dependência brasileira e os atrativos neoliberais à redução do Estado sob as demandas sociais, o teto de gastos imposto pela EC/95, atuou como mecanismo legal do Estado brasileiro para implementação de um ajuste financeiro estrutural, viabilizado por um ajuste fiscal permanente, que impacta diretamente nos indicadores de pobreza e desigualdade social e que destrói por completo o caráter universal das políticas sociais.

A agenda de desenvolvimento promulgada pelo programa “Uma Ponte para o Futuro”, impõe que a receita pública dos gastos correntes seja redirecionada aos gastos financeiros, sobretudo a partir do pagamento de juros da dívida pública, que não demonstra queda e finaliza o ano de 2022, em 46,3% do orçamento federal, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida (FATTORELLI; ÁVILA, 2023)

Como afirma Brettas (2017), quando compreende a imposição do ajuste como aprofundamento da dependência e a particularidade de classes no Brasil, acrescenta:

A adoção de políticas de ajuste fiscal foram não apenas impostas por organismos multilaterais, mas referendadas pelas grandes burguesias com atuação nos países dependentes. [...] A intensificação dos fluxos financeiros e a rentabilidade dela decorrente não possui uma dimensão apenas quantitativa. Trata-se também de uma mudança qualitativa tendo em vista que provoca uma pressão pela ampliação das bases de extração de mais-valia. (BRETTAS, 2017, p.62-63)

Nesse sentido, a concentração de riqueza e o ônus sobre a classe trabalhadora de tais medidas, pode ser visualizada quando nos dados apresentados pelo IBGE (2018), os rendimentos mensais do 1% mais rico representou cerca de 36,3 vezes mais que aqueles dos 50% mais pobres.

Com relação aos níveis de pobreza vivenciados pela sociedade brasileira nos últimos anos, a partir dos dados publicados pelo IBGE no relatório anual denominado “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população (2016-2020)”, podemos analisar a realidade social do país também neste sentido. Para fins de comparação internacional, o IBGE faz uso da medida padrão

PROMOÇÃO



APOIO



do Banco Mundial que utiliza três linhas de pobreza a depender do nível de renda dos países. A atual linha internacional de extrema pobreza é fixada em US\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC (ou, em inglês, *Purchasing Power Parity* - PPP), o que representa a média das linhas de pobreza encontradas em 15 (quinze) dos países mais pobres classificados pelo consumo/renda per capita. O Banco Mundial recomenda o uso das linhas de US\$ 3,20 (três dólares e vinte centavos) PPC para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) PPC para países de renda média-alta, grupo ao qual o Brasil pertence com mais outros 46 (quarenta e seis) países.

Como demonstrado na Tabela 1, logo abaixo, é possível observar que no ano de 2018, no Brasil, havia 25,3% da população com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, sendo aproximadamente R\$ 420 (quatrocentos e vinte reais) mensais. Seguindo os rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, é possível verificar que a partir de 2015, se observa um crescimento na proporção de pobres até atingir 26,0% em 2017. Dessa forma, comparando 2014 e 2018 temos um aumento significativo nos níveis de pobreza relativa. Em 2018, houve redução de 0,7 (zero virgula sete) ponto percentual nesta proporção em relação ao ano anterior, mas ainda em patamar superior ao último menor ano da série.

Tabela 1 – Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares, com indicação de variação, segundo classes de rendimento real domiciliar per capita e as Grandes Regiões - 2012-2018.

País	Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares (%)					Diferença (p. p.)		
	2014	2015	2016	2017	2018	2014 / 2018	2017 - 2018	Situação 2017-2018
Menos de US\$ 1,9 PPC 2011 (1)								
Brasil	4,5	4,9	5,8	6,4	6,5	2,0	0,1	➡
Menos de US\$ 5,5 PPC 2011 (1)								
Brasil	22,8	23,7	25,5	26,0	25,3	2,5	(-) 0,7	⬇

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018. Destaques das autoras.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ainda, em síntese do IBGE (2019), são aproximadamente 52,5 (cinquenta e dois virgula cinco) milhões de pessoas vivendo com esse rendimento. Na linha de US\$ 1,90 – ou cerca de R\$ 145 (cento e quarenta e cinco reais) mensais – PPC por dia, que apresentou queda até o ano de 2014, resultando em 6,5% da população brasileira com rendimento inferior a US\$ 1,90 PPC no ano de 2018. Neste mesmo ano de publicação, o IBGE (2019), afirma que: “esse percentual é equivalente a 13,5 milhões de pessoas, contingente superior à população total de países como Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal”.

Compreendendo o vínculo entre pobreza e lei geral da acumulação capitalista, a mensuração da pobreza e da desigualdade social é feita a partir da renda da classe trabalhadora, resultante do seu salário (formal ou informal). Mesmo sendo categorias distintas são provenientes dos mesmos fenômenos: níveis de concentração de renda e de propriedade privada. Dessa forma, analisando os indicadores para o rendimento mensal per capita usado para traçar um panorama do comportamento do rendimento entre diversos grupos, conforme apresentado no Gráfico 1, a partir de 2015 houve queda de rendimento até 2016, quando começou a demonstrar sinais de recuperação, mas ainda, não se aproximando dos melhores números da série, pontuados em 2014. No gráfico 1, é possível analisar o rendimento médio e mediano da população, ambos com reflexões importantes para compreender o cenário brasileiro durante o período de ajuste fiscal permanente.

Com fins de definição metodológica, os valores da média, compete a soma dos valores de um grupo de valores, dividida pelo número de valores do grupo. Os valores da mediana, são calculados com base no valor central de um conjunto de números ordenados por sua grandeza, ou seja, do número que se encontra exatamente no centro deste conjunto, de modo que, 50% dos números sejam superiores e 50% destes sejam inferiores. Deste modo, os valores de média podem sofrer influências quando o conjunto de dados apresenta valores que se diferenciam drasticamente uns dos outros. Esses valores diferentes são denominados *outlier*, um valor que foge da normalidade. Entendê-los, é fundamental em uma análise de

PROMOÇÃO

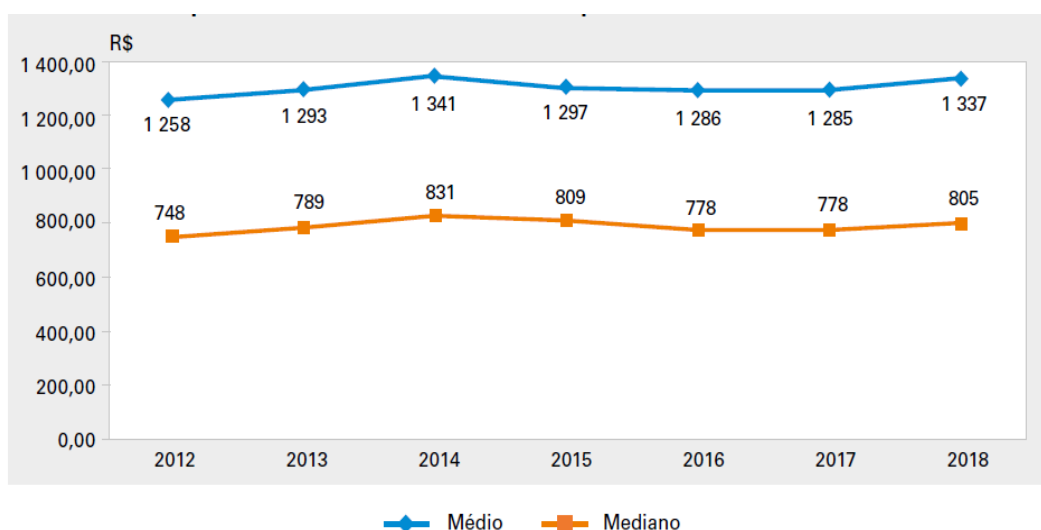


APOIO



dados, uma vez que os mesmos podem enviesar (tendenciar ou distorcer) negativamente todo o resultado de uma análise, ou seu comportamento poderá ser o que está sendo procurado.

Gráfico 1 – Rendimento mensal domiciliar per capita médio e mediano das pessoas residentes em domicílios particulares - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Ainda segundo dados do IBGE (2019), de acordo com o cálculo de razão de renda, entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, há uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição da renda. Quanto mais elevados os valores, maior o desnível de renda entre os estratos considerados. Enquanto que, até o ano de 2015, houve redução da desigualdade da renda do trabalho, a partir da razão de rendimentos habituais, o ano seguinte representou 10% de brasileiros mais ricos viram um crescimento de quase 12,0 (doze) vezes mais em seus rendimentos do trabalho. Do contrário, entre os 40% de menor renda observou-se o oposto, embora tenha-se permanecido estável no ano seguinte.

No ano de 2018, os 10% mais ricos recebiam 13,0 (treze) vezes mais do que os 40% com menores rendimentos, resultado mais alto da série (2012-2018). Na concepção do IBGE, um fator explicativo para a redução da desigualdade nos anos

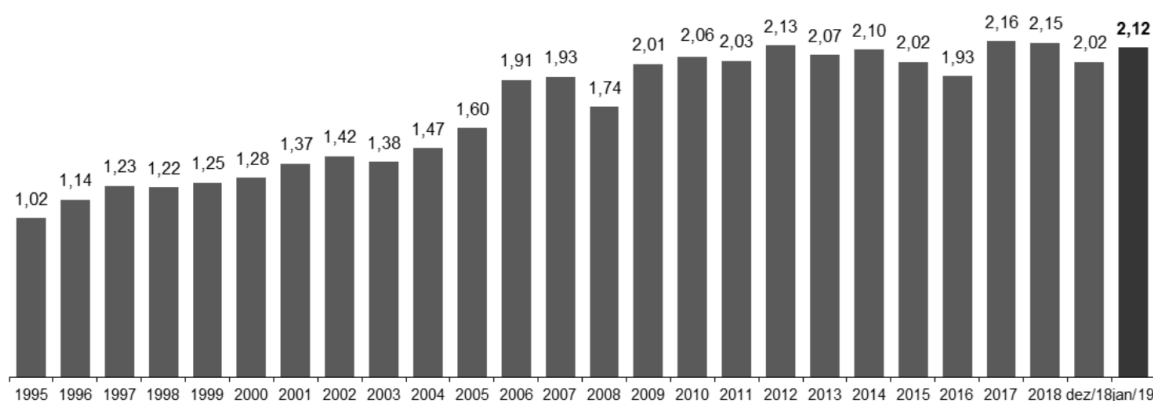
anteriores estaria justificado na valorização do salário-mínimo que ocorreu até 2015. Nessa direção, observando o reajuste de salário mínimo, segundo a nota técnica nº201, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), temos que:

Com o reajuste de janeiro de 2015, o piso foi fixado em R\$ 788,00, o que representou ganho real de 2,46%; e, em 2016, foi elevado para R\$ 880,00 - aumento real de 0,36%. Assim, entre maio de 2005 e janeiro de 2016, o aumento real acumulado do salário-mínimo foi de 72,98%. Nos dois anos subsequentes, entretanto, o percentual de reajuste que recaiu sobre o salário-mínimo foi inferior ao INPC-IBGE – 0,1%, em 2017, e -0,25, em 2018, impondo-lhe perda de 0,34% (DIEESE, 2019).

Dessa forma, os dados apresentados pela DIEESE sustentam as afirmações colocadas anteriormente pelo IBGE, de modo que, a falta de aumento real do salário-mínimo a partir de 2016, corrobora com o aumento da pobreza e desigualdade social, tendo em vista que há uma redução no poder de compra, reduzindo de maneira direta o acesso das famílias à produtos de bens e consumos.

Como demonstra o gráfico 2, houve oscilação nos valores de salário mínimo, suficientes a compra de cestas básicas com um salário mínimo entre 2015-2018.

Gráfico 2 – Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário-mínimo



Fonte: DIEESE

Obs: Estimativa para janeiro/2019, no mesmo valor apurado para a cesta básica de dezembro.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Por fim, em termos de desenvolvimento econômico no país, observamos que o ano de 2012 registrou um crescimento de apenas 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), seguido por relativo aumento em 2013 (o crescimento de 2,3% do PIB), com uma estagnação de 2014 (com o crescimento de ínfimos 0,1%) e o grave recuo de 2015. Este último ano foi demarcado pela queda de 3,5% do PIB, configurando o pior resultado da economia do país desde a década de 1990 (IBGE, 2017).

3 CONCLUSÃO

No artigo, tentamos demonstrar que as diretrizes do ajuste financeiro promovido no Governo Temer, são na realidade de austeridade fiscal para o social, a partir do teto de gastos, das desvinculações orçamentárias e desindexações dos salários e das rendas dos trabalhadores vinculados ao Estado, da Reforma trabalhista e da entrega das estruturas econômicas para o capital privado.

Constatamos, portanto, que o ajuste financeiro imposto em a partir de 2016, configura como uma medida nefasta à sobrevivência da classe trabalhadora, uma vez que interessa mais, retomar as relações com o grande capital estáveis novamente, a despeito de serviços precários à população, que visa tão somente aumentar os lucros de empresas privadas e intensificar a produção de mais-valia contra restando a queda tendencial as taxas de lucro, provocadas pela crise, que se aprofunda no Brasil a partir de 2014.

Como se depreende do exposto até aqui, a pesquisa revelou a partir dos dados indicadores sociais analisados, que só em 2018, aproximadamente 52,5 milhões de pessoas no Brasil, viviam com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 por dia, segundo o IBGE (2019).

Pudemos ainda inferir com base nos indicadores levantados, que a partir de 2015, se observa um crescimento na proporção de pobres até atingir 26,0% em 2017. Quando se trata dos indicadores de desigualdade, a pesquisa também apontou que os 10% de brasileiros mais ricos com alguma renda viram um

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



crescimento de quase 12,0 (doze) vezes a mais em seus rendimentos do trabalho só no ano de 2016. Enquanto entre os 40% de menor renda observou-se o oposto, embora tenha-se permanecido estável no ano seguinte. No ano de 2018, os 10% mais ricos recebiam 13 (treze) vezes mais do que os 40% com menores rendimentos, resultado mais alto da série (2012-2018) conforme o IBGE (2019).

Como conclusão, a investigação nos demonstrou um crescente na concentração de renda pelos 10% mais ricos, a duras custas da parcela dos 40% mais pobres entre os anos 2015-2018, que sustentam o acirramento da estrutura exploratória do capital, a qual se assenta nas políticas de ajuste permanente no país, configurando-se como um conjunto de medidas nefastas à sobrevivência da classe trabalhadora, uma vez que interessa mais, retomar as relações com o grande capital estáveis novamente, a despeito de serviços precários à população, que visa tão somente aumentar os lucros de empresas privadas e intensificar a produção de mais-valia contra restando a queda tendencial as taxas de lucro, provocadas pela crise, que se aprofunda no Brasil a partir de 2015 (GOMES, 2022).

REFERÊNCIAS

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília (Df), v. 34, n. 17, p. 53-76, 2017. Semestral.

DIEESE. Salário mínimo de 2019 é fixado em R\$ 998,00. São Paulo, jan. 2019. (Nota Técnica, 201). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.html>

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022. 2023. Disponível em: <https://auditoriacidade.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>.

GOMES, Cláudia M. C. O Capitalismo em crise: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016. Projeto de Pesquisa, 2022, UFPB/PIBIC/CNPq. 32fs.

_____. Crise e Dependência: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016. Projeto de Pesquisa Produtividade, Nível 2, CNPq, 2023-2026, 42fs.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

_____. Crise e dependência: as contradições do (neo) desenvolvimento econômico no capitalismo periférico. In: Cláudia M. Costa Gomes. (Org.). A crise e os limites históricos do capitalismo: o lugar das políticas sociais no torvelinho potencial da crise brasileira. 1ªed. Curitiba, Appris, 2020, v., p. 87-128.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101678>.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Rio de Janeiro, 2017 (Rendimento de Todas as Fontes 2017). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Rio de Janeiro, 2018 (Rendimento de Todas as Fontes 2018). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673_informativo.pdf.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais”, Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, RJ, 36(1). 2002, p. 51-72. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>. Acesso em: 1 mar de 2023.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política): Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. Revista Novos Rumos, v. 50, n. 1, 2013.

OXFAM. Bem público ou riqueza privada. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/bem-publico-ou-riqueza-privada/>.

_____. País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras. Relatório da Oxfam Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). Uma Ponte para o Futuro. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luiza. Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 375p.

PROMOÇÃO



APOIO

